ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

DIFERENÇAS E HOMOGENEIDADES NO CONTEÚDO DA PAISAGEM URBANA DE PRESIDENTE PRUDENTE: Uma análise visual dos processos de diferenciação e segregação socioespacial

Autores:
VICTOR CHIRILLO DE OLIVEIRA STOIAN - UNESP - victorstoian@bol.com.br

Resumo:

O presente trabalho busca avançar na discussão sobre a diferenciação e a segregação socioespacial a partir de uma análise visual de áreas específicas da cidade de Presidente Prudente em que estes processos puderam ser identificados. Tal reflexão pode contribuir para uma multiplicidade analítica em que elementos da materialidade urbana sejam parte constituinte de um conjunto de informações que caracterizam tais processos. O artigo é formado por duas partes: a primeira traz um breve debate teórico sobre o conceito de paisagem urbana e análise visual a partir de um diálogo com autores relacionados ao tema abordado, como Lynch, Cullen, Besse, Serrão e Menezes; na segunda parte é apresentado, ainda que de maneira sintética, os conceitos de diferenciação e segregação socioespacial juntamente a uma reflexão a partir da análise visual de áreas específicas da cidade de Presidente Prudente.

DIFERENÇAS E HOMOGENEIDADES NO CONTEÚDO DA PAISAGEM URBANA DE PRESIDENTE PRUDENTE:

Uma análise visual dos processos de diferenciação e segregação socioespacial

INTRODUÇÃO

Os processos de diferenciação e segregação socioespacial têm sido amplamente debatidos dentro das ciências sociais, tanto na Arquitetura e Urbanismo, como na Geografia. Há boa quantidade de trabalhos que refletem sobre as dinâmicas de tais processos para realidades não metropolitanas, porém há uma carência de um debate que se aprofunde relacionando-os à morfologia urbana, e mais especificamente, à paisagem e ao "visual" urbano.

Tais análises têm sua importância intensificada ao se compreender a paisagem urbana como elemento de relação direta entre a materialidade e a apreensão da cidade por seus habitantes. Portanto, justifica-se aprofundarmos o debate e as pesquisas na direção de uma análise da paisagem urbana relacionada diretamente aos conceitos citados. Ou seja, um aprofundamento sobre o debate das desigualdades socioespaciais em sua dimensão visível e representada.

O trabalho realizado por Caldeira (2000) serviu como ponto de início para o desenvolvimento deste. Em seu livro "Cidade de Muros", a autora trás uma importante reflexão sobre elementos que compõe a paisagem urbana da cidade de São Paulo, a partir de um novo padrão de segregação socioespacial, iniciado pelo processo de autoenclausuramento por parte dos segmentos sociais de renda mais elevada.

Neste trabalho buscamos enfatizar as relações espaciais articulando aos elementos que compõe a paisagem urbana diante dos processos socioespaciais já citados. A análise proposta será elaborada a partir da cidade de Presidente Prudente. Situada no oeste paulista, com população de 203.370 habitantes (Brasil, 2010), está inserida em uma realidade não metropolitana, sendo conceituada como uma cidade média, e que possui em sua dinâmica urbana os processos anteriormente apontados.

1. ENTRE A ANÁLISE VISUAL E A PAISAGEM URBANA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Nesta primeira parte do trabalho nos lançamos no desafio de tentar sintetizar e buscar uma compreensão sobre o conceito de paisagem urbana. Primeiramente acreditamos ser necessário apresentar alguma distinção sobre o conceito de paisagem e paisagem urbana. Se o primeiro se aplica a qualquer ambiente, condicionado, modificado, construído ou não pela humanidade, o segundo se direciona para um objeto mais específico e concreto, a cidade.

Serrão (2014, p.15), ao refletir a respeito do tema direcionando-o uma ideia de harmonia e modos de encontro que "integra o fundamento natural com as dimensões humanas", apoiada nos argumentos do filósofo italiano Rosário Assunto, compreende a paisagem como um complexo que está além das representações do mundo, configurando-se como um "lugar no mundo onde a natureza se torna objeto de uma experiência estética integral" (SERRÃO, 2014, p.22). Portanto, a paisagem se configura como uma experiência sensível, se constitui através de uma relação entre o objeto material e o ser humano, e só pode ser compreendida dentro dessa relação.

A experiência estética existe dentro de um conjunto de significados e representações construídos socialmente que permitem ao observador uma determinada leitura do mundo material, que se revela como paisagem. Estes significados e representações estão em permanente mudança (MENEZES, 1979), e só podem ser interpretados à luz de suas relações políticas, econômicas, culturais e, portanto, ideológicas (BESSE, 2014). Isso determina uma certa diferenciação na interpretação da paisagem para cada indivíduo, grupo ou segmento social.

> Uma primeira abordagem da paisagem consiste em defini-la como um ponto de vista, um modo de pensar e de perceber, principalmente como uma dimensão da vida mental do ser humano. A paisagem não existe, objetivamente, nem em si; então, ela é relativa ao que os homens pensam dela, ao que percebem e ao que dizem dela (BESSE, 2014, p.12-13).

A paisagem se constitui a partir de uma percepção da realidade material explicitada em um discurso. Sua compreensão só é possível considerando os sistemas filosóficos, valores estéticos e morais, se constituindo como uma análise de categorias de discursos. Estes podem revelar-se em imagens, fotografias, no papel ou no solo. Porém, antes de mais nada, a paisagem é uma realidade material e objetiva produzida pela humanidade, não apenas observada diante de um ponto de vista cultural, mas produzida dentro de um conjunto de práticas econômicas, políticas e sociais de uma determinada cultura (BESSE, 2014).

A partir dessas reflexões, podemos avançar em um debate com os autores que são referência no que diz respeito à paisagem urbana, e que fornecem contribuições iniciais ao nosso procedimento de análise visual, Gordon Cullen e Kevin Lynch. O primeiro, em seu livro

“Paisagem Urbana” (1971), faz um grande esforço, bem sucedido, em criar uma série de definições que se constituem como uma metodologia de análise do espaço urbano no plano do observador. Enquanto Lynch, em sua mais importante obra, "A Imagem da Cidade" (1997), busca compreender a percepção espacial a partir da observação do citadino. Para isso, solicita destes a elaboração na elaboração de “mapas mentais” que discorrem sobre os elementos constitutivos da materialidade urbana percebidos por parte de seus habitantes.

Apesar de ter tido grande importância como metodologias de apreensão a respeito da materialidade urbana, a conceituação de Cullen (1971) e Lynch (1997) está distante do que compreendemos como paisagem urbana. No caso do primeiro, por se constituir como uma análise técnica-visual da materialidade da cidade que não considera a possibilidade de diferentes interpretações do mesmo objeto por diferentes citadinos. Enquanto o segundo, apesar de buscar essa interpretação da materialidade urbana por seus habitantes, os homogeneíza, não compreendendo que a apreensão do fato urbano está relacionada a fatores culturais e sociais que se diferenciam entre os distintos sujeitos sociais. É nesta direção que argumenta Ulpiano de Meneses ao tratar do patrimônio ambiental urbano e, por consequência, o que compreende como imagem da cidade.

> É sob outro prisma que coloco a imagem da cidade: como representação social, envolvendo toda uma série de questões muito intrincadas, que incluem valores, legitimações explicações, lógica interna, implícita ou explícita, aspirações e assim por diante. E falar em representações, em simbólico urbano, significa obrigatoriamente falar em ideologia, em práticas ideológicas (MENEZES, 1979, p.24).

Portanto, transpondo o princípio colocado pelo autor para o nosso objeto de pesquisa, os elementos que compõe a paisagem urbana não teriam significados em si, mas seriam dados a partir das representações que os diferentes sujeitos sociais possuem da materialidade urbana, que estão articulados a um suporte de significações, dentro de um sistema que deve ser conhecido e inserido em sua apropriação social (MENEZES, 1979, p.23).

Nossas críticas à Cullen e Lynch se alinham aos argumentos de Menezes (1979). Porém, mesmo considerando as limitações dos trabalhos de ambos, compreendemos estes foram pioneiros na criação de metodologias que podem se aprofundadas na complexidade que é a análise paisagística. Diante disso, é inspirado em Cullen que apresentaremos a última parte deste trabalho, elaborando uma análise visual, de diferentes áreas da cidade de Presidente Prudente. Mas, enquanto Cullen dava ênfase aos elementos visuais à partir de uma observação técnica da materialidade urbana, nós daremos importância aos elementos dessa materialidade que revelam os processos e dinâmicas intra-urbanas relacionados às desigualdades socioespaciais.

Dos três aspectos fundamentais considerados pelo autor, 1. Ótica - sucessão de elementos que surgem para o observador; 2. Local - a posição e noção espacial que se tem ao estar inserido no espaço urbano; 3. Conteúdo, sendo o "último aspecto com a própria constituição da cidade: a sua cor, textura, escala, o seu estilo, a sua natureza, a sua personalidade e tudo o que a individualiza" (CULLEN, 1971, p.13), faremos nossas

observações a partir do último aspecto, relacionando-os aos processos de diferenciação e segregação socioespacial.

Besse argumenta que a primeira preocupação, ao se estudar a paisagem, é compreender como o espaço foi organizado pela comunidade, e seus modos de organização espacial, pois para o autor, "a paisagem é um espaço social" (BESSE, 2014, p.31). Esta é relativa a um projeto de sociedade que pode ser "consciente" ou "inconsciente". Para o autor, ao estudarmos as paisagens, temos primeiro a missão de "ler e interpretar as formas e as dinâmicas paisagísticas para apreender nelas algo do projeto da sociedade que produziu essas paisagens"(BESSE, 2014, p.32).

Avançamos, então, para a segunda parte deste trabalho, realizando um retrospecto de como se deram, diante da evolução do tecido urbano, os processos de diferenciação e segregação socioespacial na cidade de Presidente Prudente, incluindo o processo de autossegregação, relacionando-os a uma análise visual que envolve tanto os padrões construtivos das edificações, como também, algumas vistas mais amplas que possibilitam uma compreensão da materialidade que são elementos constitutivos da paisagem urbana.

2. UMA ANÁLISE VISUAL DA DIFERENCIAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE

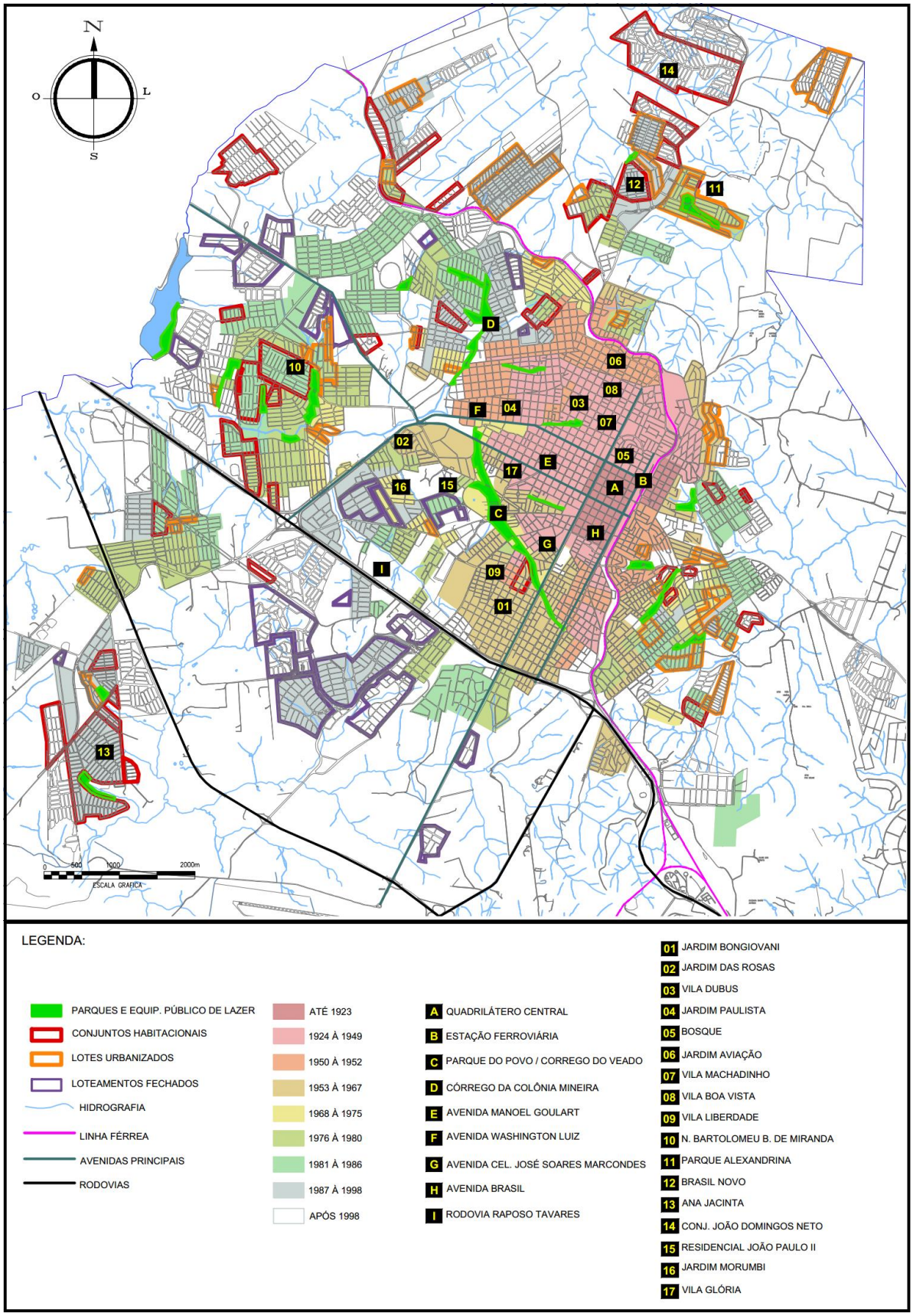
2.1 Da formação à diferenciação socioespacial

O município de Presidente Prudente foi criado oficialmente em 1921, a partir da fusão de dois núcleos urbanos originários da venda de lotes das propriedades de dois coronéis, José Soares Marcondes e Francisco de Paula Goulart, os quais se localizavam no entorno da estação ferroviária. O rápido povoamento logo gerou a necessidade de uma expansão territorial, sendo que entre 1919 e 1923, a mancha urbana já ultrapassava a soma dos dois núcleos. O percurso realizado pela linha férrea implantada se sobrepunha à divisão da propriedade de terras dos dois coronéis, portanto a linha se consolidou como uma barreira física de importante relevância para a formação espacial da cidade (ABREU, 1972).

De acordo com o Mapa 01, a seguir, a expansão territorial manteve uma malha urbana relativamente contínua até 1967, apresentando apenas um grande vazio urbano na localização do atual Parque do Povo (1976), separando a área central do Jardim Bongiovani e do Jardim das Rosas, o primeiro quase sem nenhum tipo de ocupação, enquanto o segundo já havia iniciado sua ocupação, porém como loteamento irregular (SPOSITO, 1983, p.157 e 164).

Naquele momento a estrutura urbana tendia a uma organização espacial na qual a população com menor nível de renda se localizava, em grande medida, nos bairros mais distantes da área central e com menor nível de infra-estrutura, principalmente na porção leste da cidade e nas proximidades das áreas de fundo de vale, entre elas a Vila Dubus e Jardim Paulista. Em contrapartida, alguns bairros implantados durante as décadas de 1940 e

1950, tais como Bosque e Jardim Aviação, Vila Machadinho e Vila Boa Vista se diferenciavam por uma ocupação de construções de padrões mais elevados (SPOSITO, 1983, p.140).



A partir da década de 1970, com a expansão da malha urbana em direção à porção oeste da cidade e a implantação de infra-estrutura e serviços urbanos, por um lado, essa área sofreu uma mudança no perfil socioeconômico de seus moradores, tendo seus lotes adquiridos por compradores com nível de renda mais elevado. Esse processo ocorreu de maneira bastante evidente no Jardim Paulista após o prolongamento da Avenida Washington Luís. Por outro lado, os loteamentos implantados no eixo oeste de expansão até os limites impostos pelo Córrego do Veado, em geral, foram inicialmente ocupados pelos segmentos de mais baixo poder aquisitivo e, a partir da década de 1970, com a implantação de infra-estrutura e serviços urbanos, tenderam a passar por mudanças em seus perfis socioeconômicos predominantes (DAL POZZO, 2015, p.125).

Essa estrutura urbana ainda permitia uma grande diversidade no conteúdo material da formação da paisagem urbana, como aponta Sposito (1983), revelando uma integração, ainda que reduzida, entre moradores de diferentes perfis socioeconômicos, pois mesmo com a valorização de determinadas áreas da cidade, houve alguma resistência de permanência de moradores com nível de renda mais baixo, temos então, uma dinâmica de diferenciação socioespacial. Este grande conjunto (central de loteamentos – triangulo marcado pela linha férrea, Avenida Washington Luiz e Parque do Povo) resulta da ocupação mais antiga da cidade, e nele encontramos grande diversificação no padrão da materialidade urbana. As áreas mais próximas à Avenida Washington Luiz, que compreendem as ruas que a conectam ao centro, possuem construções de padrão médio tendendo para o elevado, embora encontremos nesta área, a apenas três quadras do centro, residências de madeira. Os trechos mais próximos à Avenida Manoel Goulart são caracterizados por uma ocupação mais modesta, embora na própria avenida, encontram-se algumas casas de padrão bastante elevado (SPOSITO, 1983, p.166).

Esta diversidade no conteúdo material formador da paisagem urbana pode ainda ser encontrada até os dias atuais, como é possível ser observado pelas Figuras 01 a 06, capturadas na proximidade do Jardim Bongiovani e Vila Liberdade, bairros localizados ao sul do Córrego do Veado. As imagens incluem residências de madeira, algumas outras originais do conjunto habitacional que foi implantado nessa área em 1967, e outras de residências de padrão mais elevado. Também pode ser observado nas Figuras 07 a 10, capturadas nas proximidades da Vila Glória.

Figura 01 a 03 – Diversidade de padrão construtivo no Jardim Bongiovani e Vila Liberdade
Fonte: Arquivo pessoal. 2016

Figura 03 a 06 – Diversidade de padrão construtivo no Jardim Bongiovani e Vila Liberdade
Fonte: Arquivo pessoal. 2016

Figura 07 a 10 – Diversidade de padrão construtivo na Vila Glória
Fonte: Arquivo pessoal. 2016.

Enquanto estas primeiras imagens demonstram os diferentes padrões construtivos presentes nestas áreas, as Figuras 11 e 12, capturadas na área pericentral entre o Parque do Povo, a Avenida Manoel Goulart e a Avenida Cel. José S. Marcondes, demonstram como este conjunto edificado se constitui como elemento material formador da paisagem urbana. Nestas imagens é possível observar uma grande diversidade de texturas, gabaritos, cores, massas vegetativas, materiais, etc.

Figura 11 e 12 – Diversidade do conteúdo material paisagístico da área pericentral
Fonte: Arquivo pessoal. 2018.

2.2 Da diferenciação à segregação socioespacial

A partir da década de 1970, além de uma valorização de áreas até então ocupadas por moradores de menor nível de renda como o citado Jardim Paulista, ocorreu também, uma ampliação da expansão territorial, descontínua à malha urbana devido aos limites impostos pelos córregos do Veado e da Colônia Mineira, favorecendo a intensificação do processo de diferenciação socioespacial (SPOSITO, 1983).

Conjuntamente, temos a implantação dos primeiros conjuntos habitacionais destinados às classes com menor nível de renda que ocorreu em descontinuidade territorial com a malha urbana de Presidente Prudente. Em grande medida, é pela implantação desses primeiros conjuntos, conforme apresentado abaixo, que o tecido urbano vai ultrapassando alguns limites naturais, como por exemplo, o Córrego do Veado e o Córrego da Colônia Mineira. (DAL POZZO 2015, p.139).

O primeiro conjunto habitacional de Presidente Prudente, atualmente conhecido como Vila Liberdade, foi implantado em 1968, financiado pelo BNH (Banco Nacional da Habitação), em parcial descontinuidade com a malha urbana existente naquele momento, pois se situava posterior ao Córrego do Veado, em período anterior à execução do Parque do Povo. Apesar da continuidade com o loteamento Jardim Bongiovani, implantado em 1962, este se encontrava sem ocupação, conferindo à Vila Liberdade algum nível de isolamento (BARON, 2010).

Posteriormente, em 1978, ocorreu a implantação do Núcleo Bartholomeu Bueno de Miranda, com 1.017 unidades, atualmente conhecido como COHAB. Possuía um nível de isolamento maior em relação ao conjunto apresentado anteriormente e direcionado à zona oeste, a qual passa a receber nos anos seguintes uma grande quantidade de conjuntos habitacionais. A implantação dos conjuntos se dava no limite da malha urbana, ou desconectados da mesma. Essa prática fica ainda mais evidente na implantação do Parque Alexandrina (1981), Brasil Novo (1990), Ana Jacinta (1992), e termina por produzir uma cidade com evidente presença da segregação sócio espacial (BARON, 2010).

Neste trabalho, adoto o conceito de segregação socioespacial discutido por Goes e Sposito (2013), distinguindo o processo de segregação em relação à diferenciação conforme Lefebvre (2002) e utilizando o termo "socioespacial" por entender "que esse processo só pode ser compreendido nas articulações e codeterminações entre condições sociais e condições espaciais" (GOES, SPOSITO, 2013, p. 281). Lefebvre (2002) afirma que a segregação, diferentemente da diferenciação, deve implicar algum grau de ruptura entre os espaços de moradia, enquanto para Castells (1978), tal processo aponta para homogeneidade interna dessas áreas de moradia.

> Quem diz "diferença", diz relações, portanto, proximidade-relações percebidas e concebidas, portanto, inserção numa ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante. A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si sós, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o espaço urbano. A segregação complica e destrói a complexidade (LEFEBVRE, 2002, p. 124).

> La segregación se refiere al proceso mediante el cual el cial del espacio se hace homogéneo dentro de una unidad y se diferencia fuertemente respecto a unidades exteriores, generalmente según la distancia social derivada del sistema de estratificación (CASTELLS, 1978, p. 146).

Nesses conjuntos habitacionais, a segregação é representada por uma homogeneidade social da unidade territorial e por sua distância física de outros bairros com maior nível de pluralidade de seu conteúdo social, como aqueles citados próximos à área mais central. Com a função de também abrigar moradores com menor nível de renda, a Prefeitura Municipal, a partir de 1990, passou a realizar uma série de empreendimentos de desfavelamento e venda de lotes urbanizados. Ao todo, foram 45 empreendimentos, realizados entre 1989 e 1996, conferindo um total de 6.625 unidades, sendo 597 unidades relativas à desfavelamento (DAL POZZO, 2015).

A prática de descontinuidade na implantação dos conjuntos habitacionais continua presente no arranjo espacial da cidade. A Prefeitura Municipal havia contratado, até novembro de 2013, 3.461 unidades habitacionais destinadas para famílias com renda de R$0,00 até R$1.600,00, através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Essas unidades foram implantadas divididas em oito diferentes conjuntos habitacionais, todos localizados na zona norte (COIMBRA, 2015).

Para além da homogeneidade de seu conteúdo social, esses conjuntos habitacionais e lotes urbanizados edificados a partir da auto-construção também são marcados por uma extrema homogeneidade no seu conteúdo material. Nos conjuntos habitacionais, isso ocorre devido ao alto nível de repetição da unidade para a obtenção de economia escalar, objetivando o lucro máximo. Os modelos são reproduzidos sem levar em conta as especificidades do local de implantação e as características objetivas e subjetivas dos cidadãos que ali irão habitar. Essa evidente homogeneidade pode ser observada nas Figuras 13 a 15, do Conjunto Habitacional João Domingos Neto, inaugurado em 2015. Enquanto a

Figura 16, se refere ao Jardim Humberto Salvador, com grande presença de edificações auto-construídas.

Figuras 13 e 14 – Homogeneidade Conjunto João Domingos Neto
Fonte: Arquivo pessoal. 2016.

Figuras 15 – Homogeneidade Conjunto João Domingos Neto
Fonte: Arquivo pessoal. 2016.

Imagem 16 – Homogeneidade Jardim Humberto Salvador
Fonte: Arquivo pessoal. 2016

2.3 Espaços de autossegregação

Seguindo uma tendência das regiões metropolitanas, a cidade de Presidente Prudente, a partir da década de 1970, passa a receber os primeiros espaços residenciais fechados. Em 1975 foi implantado o Jardim Morumbi e em 1980 o Residencial João Paulo II, inaugurando uma tendência de deslocamento das classes com maior nível de renda das áreas mais centrais para a Zona Sul da cidade (DAL POZZO, 2015, p. 144). Esse deslocamento de moradores para espaços residenciais fechados é compreendido como um processo de autossegregação, no qual uma parcela da população com poder econômico de escolha em relação ao seu local de moradia, opta por espaços residenciais fechados (GOES, SPOSITO 2013, p. 281).

> Segregação e autossegregação seriam, dessa forma, facetas de um mesmo processo, uma vez que a distinção entre as duas proposições conceituais está no ponto de vista a partir do qual a separação se estabelece. No caso da segregação, é a maioria (no sentido político, econômico, cultural e religioso) que decide pela separação total ou relativa da minoria, submetida a essa condição por razões de diferentes ordens e, no caso das cidades latino americanas, sobretudo pela situação socioeconômica. No que se refere à autossegregação, é o grupo com melhores condições (brancos na África do Sul, mais ricos na América Latina etc.) que opta pelo isolamento em relação ao conjunto da cidade que, para eles, é o espaço dos outros e, portanto, não mais de todos(GOES, SPOSITO 2013, p. 281).

Ainda que esses espaços autossegregados possam ter certa proximidade com espaços de residência de populações com menor nível de renda, a presença do muro e todo aparato destinado à segurança, como cerca elétrica, cerca de arame farpado, câmeras de segurança, portaria 24 horas com controle de entrada e saída etc., são os elementos imprescindíveis na obtenção de certa sensação de segurança oferecida pelos promotores desse tipo de empreendimento.

> (...) a ideia de segurança é um valor central que tem sido agregado ao produto imobiliário colocado ao dispor do mercado. Não importam o tamanho da cidade ou os níveis de criminalidade efetivamente nela existentes, o discurso sobre a segurança é marcante na produção desses espaços (GOES, SPOSITO, 2013, p. 287).

Nesse tipo de empreendimento imobiliário, há também uma certa homogeneidade paisagística, que se dá através de construções que buscam o máximo do coeficiente de aproveitamento dos lotes. São, em muitos casos, edificações caracterizadas por uma arquitetura eclética marcada por signos que remetem ao neoclássico, com a tentativa da obtenção de um “status” relativo às camadas sociais com maior nível de renda.

> (…) Eles oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais. (…) O uso de meios literais de separação é complementado

> por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status (CALDEIRA, 2000, P.259)

São, portanto, duas diferentes dimensões para análise visual desse tipo de empreendimento imobiliário. A primeira deve ser feita em seu entorno, nas áreas em que se sobressaem os elementos que demarcam a separação da cidade aberta para os espaços residenciais fechados, marcada pela homogeneidade da presença dos muros como também dos elementos de segurança, conforme as Figuras 17 e 18. E uma segunda, a partir do padrão edificado no interior desses loteamentos, marcada por uma homogeneidade do padrão construtivo, gabaritos, cores, usos e texturas. As Figuras 19 e 20 demonstram essa homogeneidade. A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdades sociais. Os enclaves são literais na sua criação de separação. Por fim, a Figura 21 sintetiza os dois aspectos dessa análise.

Figuras 17 e 18 – Muros e elementos de segurança- Residencial João Paulo II e Resid. Damha Beatriz
Fonte: Arquivo pessoal. 2016.

Figuras 19 e 20 – Homogeneidade padrão construtivo Resid. Damha III e Resid. Damha II
Fonte: Arquivo pessoal. 2018.

Figura 21 –Residencial Damha I
Fonte: Arquivo pessoal. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Besse (2014, p.33) faz uma distinção entre a paisagem comum, que seria produzida sem uma intencionalidade, por um arranjo de vários elementos materiais que dão forma ao espaço, portanto inconscientemente, daquela produzida intencionalmente e conscientemente. Portanto, como afirma Caldeira (2000), os elementos materiais que compõe a cidade autossegregada indicam essa intenção imbricada a uma diferenciação entre aqueles que podem viver nos espaços intra-muros, daqueles que não possuem tal condição material.

Podemos concluir que há muitos elementos de correlação entre as dinâmicas e processos relativos às desigualdades socioespaciais e a materialidade urbana, apontados a partir das figuras, conferindo um conteúdo próprio à diferentes fragmentos das cidades que

se erguem na dimensão visível, se constituindo como elementos característicos de diferentes paisagens urbanas.

A paisagem urbana é a via pela qual o citadino cria seus referenciais do que conhece como cidade. Em uma realidade paisagística de cidade segregada, essa compreensão do todo urbano fica cada vez mais comprometida. Esta afirmação poderia ser melhor verificada à medida que se aprofunde na pesquisa sobre o tema para compreender as diferentes representações e significações relativos à materialidade urbana entre diferentes indivíduos, grupos, sujeitos ou segmentos sociais. Ainda que este seja um vasto campo para pesquisa e debate, o trabalho pôde deixar uma contribuição para o entendimento da correlação entre as desigualdades socioespaciais e seu conteúdo paisagístico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

BARON, Cristina. *Cidade e habitação em Presidente Prudente: 1964-1986.* São Carlos, 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

BESSE, J. M. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. In: BESSE, J.M. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro*: EDUERJ, 2014. p.11-66

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade De Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed34/EDUSP, 2000.

CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana.* México: Siglo XXI, 1978.

COIMBRA, Aline. O Programa Minha Casa Minha Vida em Cidades Médias: um debate sobre a política pública. *XI Encontro Nacional da ANPEGE,* Presidente Prudente. 2015

CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DAL POZZO, Clayon Ferreira. *Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas:* os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Moraes, 1991. Trad. Rubens EduardoFrias.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade, 1960*. São Paulo: Martins Fontes, 1997

MENEZES, U. B. Patrimônio Ambiental Urbano em São Paulo. In: *Comunidade em debate: Patrimônio Ambiental Urbano.* São Paulo, 1979.

SERRÃO, A. V. Paisagem e ambiente: uma distinção conceptual. *Enrahonar: quaderns de filosofia*, 2014, n. 53, p. 15-28. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Enrahonar/article/view/289660>

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana.* Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 1983. 230 p. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.